



Cadernos de História da Educação, v.22, p.1-6, e222, 2023
ISSN: 1982-7806 (on-line)

<https://doi.org/10.14393/che-v22-2023-222>

RESENHAS

Um livro que faz pensar no patrimônio educativo de São Paulo: entre teorias, metodologias e singularidades

A book that makes one think about São Paulo's educational heritage: among theories, methodologies and singularities

Un libro que hace reflexionar sobre el patrimonio educativo de São Paulo: entre teorías, metodologías y singularidades

Dóris Bittencourt Almeida

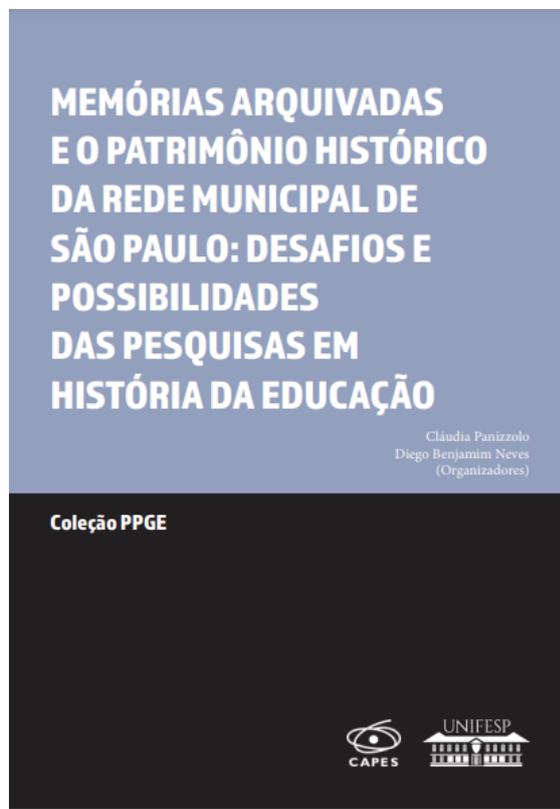
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2

<https://orcid.org/0000-0002-4817-0717>

<http://lattes.cnpq.br/5715085520250456>

almeida.doris@gmail.com



PANIZZOLO, Cláudia; NEVES, Diego Benjamim (Orgs). *Memórias arquivadas e o patrimônio histórico da rede municipal de São Paulo: desafios e possibilidades das pesquisas em História da Educação*. São Paulo: Unifesp, 2022.

Recebido: 16/02/2023

Aprovado: 23/03/2023

“Memórias arquivadas e o patrimônio histórico da rede municipal de São Paulo: desafios e possibilidades” é o livro organizado por Claudia Panizzolo e Diego Benjamin Neves, reúne artigos que tematizam, em diferentes perspectivas, o patrimônio histórico educativo desta cidade. Trata-se, portanto, de uma importante contribuição ao campo da História da Educação pelas discussões teóricas suscitadas, bem como pelas possibilidades de pesquisas trazidas pelos autores. A obra interessa a todos os pesquisadores em História da Educação, sobretudo aqueles que se dedicam a pensar as questões atinentes ao patrimônio e suas relações com a cidade e o estado, bem como pode interessar a quem trabalha com políticas de educação, imprensa, história das instituições escolares e história da infância.

Organizado em três partes, cada qual com suas especificidades, o livro revela a força da memória da Educação na cidade e no estado de São Paulo. Para o leitor que vive em outros lugares, é inspirador pensar na organização desses acervos, que são desdobrados ao longo dos capítulos, evidenciando possibilidades inesgotáveis de produção acadêmica.

Na primeira parte, constam artigos que discutem o patrimônio educativo em diferentes instituições de guarda. A seguir, a segunda parte traz estudos sobre arquivos, acervos, pensando na constituição de fontes para a História da Educação. E, por fim, o último segmento “desarquiva memórias”, ou seja, apresenta resultados de pesquisas em História da Educação, desenvolvidas em acervos salvaguardados na cidade de São Paulo.

Observa-se uma discussão epistemológica que atravessa os textos publicados. Assim, há autores e obras que compõem fortemente em todo o livro: Arlette Farge, na obra “O sabor do Arquivo” (2009), Rosa Fatima de Sousa-Chaloba, no artigo “Preservação do patrimônio escolar: notas para um debate”, Michel de Certeau, com a “A escrita da História” (2008), diversos estudos de Heloisa Bellotto (2000, 2006, 2009), os textos clássicos de Pierre Norá “Entre memória e história: a problemática dos lugares” (1993) e de Jacques Le Goff, “História e Memória” (1996). Também o conceito de cultura escolar, trabalhado por Dominique Julia (2001), Antonio Vinão Frago (1995, 2001, 2020), Margarida Felgueiras (2005) e Augustin Escolano Benito, em seu livro “A escola como cultura” (2017). É preciso igualmente destacar o conceito de memória coletiva, à luz dos estudos de Maurice Halbwachs (2004).

Antes de pontuar singularidades dos capítulos, penso ser relevante refletir acerca de aspectos comuns de abordagens que permeiam a obra. Constata-se a intenção dos autores em evidenciar o fortalecimento da História da Educação nas últimas décadas. Essa consolidação da área em questão é identificada como responsável por fomentar diferentes ações desenvolvidas em acervos de memória educacional. Também importa chamar a atenção para o fato de a grande maioria dos textos tratar das aproximações e fronteiras entre Arquivologia, Museologia e História, tendo em vista o entendimento contemporâneo dos limites da História, de modo isolado, ser capaz de *compreender* o passado. Embora existam textos mais teóricos e outros com ênfase metodológica, nenhum deles prescinde de examinar questões epistemológicas que atravessam a temática do patrimônio educativo. Alertam para a importância da construção de políticas que permitam conservar os testemunhos do passado em instituições públicas. Os capítulos que compõem a obra também discutem as formas de recolhimento documental, os critérios de decisão sobre classificação, catalogação, disponibilidade do acesso às fontes, tendo como referência as instituições de salvaguarda documental em São Paulo.

Ao analisar a primeira parte do livro, vê-se que os quatro capítulos abordam experiências em arquivos, nas interfaces com a pesquisa em História da Educação. O primeiro texto, “(Des)arquivando memórias”, de Miriam Warde, trata, em uma perspectiva autobiográfica, das experiências da autora ao pesquisar em arquivos nos Estados Unidos da América. Ela nos conta que suas viagens de estudo tiveram o objetivo de produzir movimentos de familiarização com a História da Educação estadunidense, tendo em vista que pouco conhecia. Compara os arquivos daquele país com os do Brasil e explica os procedimentos metodológicos que construiu para mobilizar as fontes que necessitava às suas investigações. Em seu relato, podemos

identificar sensibilidades, encantamentos com a organização arquivística que encontrou, e frustrações pelas discriminações que sofreu. Por fim, avança ao trazer ideias de Elisabeth Roudinesco, que busca em Lacan outros entendimentos sobre o “poder do arquivo” (p.39).

O capítulo número dois, “Testemunhas arquivadas: notas de pesquisa com revistas educacionais da primeira metade do século XX”, produzido por Regina Cândida Ellero Gualtieri, analisa os significados da imprensa de educação e ensino para a pesquisa em História da Educação. Gualtieri entende essa imprensa como veículos de difusão das práticas pedagógicas, tendo como referência o livro organizado por Denice Catani e Maria Helena Bastos (2002), que conta com importantes textos de Antonio Nóvoa, Pierre e Penelope Caspard, entre outros. As três revistas em foco são: Revista do Ensino, Revista Escola Nova e Revista de Educação, todas editadas no estado de São Paulo. Como categoria da análise, elegeu discutir o *ethos pedagógico* presente nos periódicos, na temporalidade anunciada, que responsabiliza a criança por suas dificuldades, secundarizando a ação da própria escola.

O texto de Renata Brião de Castro, que vem a seguir, faz uma abordagem reflexiva sobre arquivos e seus usos na pesquisa em História da Educação, priorizando a importância da comunicação, como uma dimensão vital da organização arquivística. Castro fundamenta suas posições nos trabalhos de Heloisa Bellotto e encerra a narrativa problematizando as dificuldades que pesquisadores costumam encontrar em localizar a documentação escolar nas próprias instituições, tendo em vista o descarte de muitos materiais. Afirma que, comumente, são iniciativas individuais que colaboram para que as memórias da escola não se percam.

Encerrando essa primeira parte, o trabalho de Adilson Ednei Felipe, Ana Luiza do Patrocínio e José Ildon Gonçalves da Cruz, “Jornal local, maços populacionais, ofícios diversos e anuários do ensino do estado de São Paulo: fontes para a História da Educação”, problematiza o local e o regional, considerando as dimensões micro e macro na pesquisa. Assim, a imprensa das cidades do interior é colocada em evidência. Os autores avaliam que esse tipo de imprensa muitas vezes é esquecida, em detrimento dos periódicos de grande circulação, oriundos das metrópoles. Ainda, defendem as possibilidades de construir a História da Educação dos municípios a partir da consulta a documentos, muitas vezes manuscritos, e livros da história local. Defendem que a história local é um campo a ser desbravado pela História da Educação, na busca por maiores entendimentos das relações entre municipalidade e ensino. Por fim, apresentam os anuários do ensino do estado de São Paulo, digitalizados, disponíveis ao público. Todos esses documentos indicam viabilidades de investigações, mas não se limitam apenas à Educação, abrangem perspectivas de pensar a sociedade, cultura, política economia, em diversas ramificações.

A segunda parte da obra intitulada “Arquivos, acervos, fontes para a História da Educação de São Paulo” agrega quatro estudos, evidentemente, identificados à temática anunciada no título. Assim, três instituições de salvaguarda documental são postas em evidência: o setor “Memória Documental” (MD), vinculado ao Núcleo de Documentação da Secretaria de Educação de São Paulo (SME/SP), o Centro do Conhecimento de Assistência Social (CECOAS) e o Memorial da Educação Municipal (MEM/SP). Esses espaços de memória da Educação paulistana são apresentados aos leitores, tramados a possibilidades investigativas em vários capítulos.

Assim, Magaly Ivanov, em seu texto, “Memória documental: um arquivo que revela a História da Educação paulistana” apresenta o percurso deste arquivo histórico, explica seus padrões de organização, suas transformações, complexidade, chamando a atenção para o volume de materiais salvaguardados. Fala sobre os processos de catalogação, critérios de classificação, digitalização e a preocupação com o acesso público. Alerta para a necessidade de constante valorização desse setor da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

Em seguida, Daniela Santos Reis e Regina Helena de Castro Calixto trazem ao conhecimento dos leitores o Centro do Conhecimento da Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência do Desenvolvimento Social de São Paulo (CECOAS). Definem este lugar como um “mar de memórias pouco conhecidas” (p.126), expressão levada para o título do capítulo. Argumentam a importância desse acervo municipal, de grande valor histórico, especialmente para aqueles interessados na pesquisa sobre o atendimento à primeira infância nas creches municipais, desde a segunda metade do século XX. Levantam a questão da vasta quantidade documental, sua incipiente organização, ainda não classificada totalmente, apostando que um dia será digitalizada.

O sétimo capítulo, cujo título é “Localizar, reunir, selecionar e ordenar: os instrumentos de pesquisa na investigação sobre a História da Educação em São Paulo”, de Fernando Oliveira, toma como referência o acervo anteriormente referido, o “Memória Documental”, destacando, mais uma vez, seu significado como instituição de guarda de vestígios da cultura escolar da rede municipal. Tendo Michel de Certeau como um autor de referência, Oliveira analisa a prática historiográfica e argumenta que os critérios de seleção e descarte dos arquivos podem influir diretamente na produção histórica, tendo em vista possíveis apagamentos de testemunhos. Nessa perspectiva, o capítulo postula a importância da elaboração dos instrumentos de pesquisa, como procedimentos metodológicos essenciais para a formação de coleções documentais no contexto da investigação historiográfica. E, por fim, ressalta duas pesquisas que foram desenvolvidas no “Memória Documental”: a primeira delas identificou documentos com vistas a compreender como o construtivismo se colocou nas propostas de alfabetização da rede municipal e a outra buscou as técnicas da leitura dirigida como estratégia de ensino nas aulas de Língua Portuguesa.

Encerra a segunda parte, o capítulo de Eduardo Bezerra de Souza, Gabriel Meneses Barros e Renata Marcílio Cândido que examinam a cultura material escolar salvaguardada no Memorial da Educação Municipal de São Paulo (MEM/SP), que conserva artefatos referentes à história da escola em São Paulo. O MEM é entendido como um lugar que preserva memórias individuais e coletivas, planejado e sistematizado, que busca provocar sensibilizações para o cuidado com o patrimônio cultural herdado. Os objetos selecionados evocam os usos que se fez deles no passado da escola, nas experiências vivenciadas, seus símbolos e representações. Deste modo, reforçam a potencialidade dessa cultura material da escola paulistana protegida nessa instituição.

Em uma proposta de (des)arquivar memórias, o terceiro segmento da obra oferece ao leitor o contato com resultados de pesquisas desenvolvidas em acervos da cidade de São Paulo. Composta por sete capítulos, particularmente de interesse para pesquisadores que podem visualizar estratégias de investigações, instigados por métodos, abordagens, análises de documentos e referenciais teóricos tramados pelos autores.

Primeiramente, o texto de Juliana dos Santos Camaru e Cláudia Panizzolo evidencia a potência do acervo do setor “Memória Documental”, da Secretaria de Educação de São Paulo para estudos referentes a creches paulistanas. O corpus documental reúne indícios de práticas administrativas e pedagógicas realizadas ao longo dos anos. Desse modo, constitui-se de registros variados, fotos, atas, boletins, dossiês, programas de atendimento às crianças. As autoras enfatizam que este arquivo de memórias da Educação tornou possível a pesquisa e, sendo assim, reiteram a importância da preservação da documentação da rede municipal de ensino.

O décimo capítulo oferece ao leitor uma análise das festas escolares, entendidas como rituais festivos, com significado simbólico, por vezes naturalizadas pelos agentes educacionais. O texto indica que é a partir da década de 1990 que a História da Educação começa a atentar para essas comemorações na escola, em alinhamento com os estudos sobre práticas da cultura escolar. As autoras, Priscila Carriel de Lima e Renata Marcílio Cândido, questionam: “por que estudar as festas escolares? O que elas ensinam nos diferentes contextos sociais e históricos?”

Quais os saberes docentes envolvidos na organização?” (p.192). Ao desenvolverem o tema, explicam que a escola se apropria dessas celebrações, atribuindo a elas características específicas. Analisam dois documentos, de 1960 e 1972, localizados junto ao acervo do Memorial da Educação Municipal de São Paulo, os quais fornecem orientações pedagógicas para educadores de Parques Infantis de São Paulo e, dentre os assuntos abordados, identificaram práticas relacionadas às festas escolares. A intenção da investigação é analisar quais símbolos são disseminados por meio dessas festas, sejam estes de motivação religiosa ou cívica, além de perceber os valores associados à formação moral e regulação dos comportamentos das crianças.

Marcia Aparecida Colber Lima e Claudia Panizzolo escrevem o próximo capítulo que expõe “as múltiplas faces do Arquivo...”. Procuram dar relevo à relação entre o acervo do “Memória Documental”, já referido anteriormente, e a formação das professoras de Educação Infantil da rede municipal paulistana. As autoras iniciam destacando a multiplicidade de pesquisas sobre Educação Infantil, inscritas no escopo da História da Educação. Entretanto, o desafio sempre é o encontro de documentos que permitam o desenvolvimento de abordagens historiográficas. O contato de ambas com o acervo em questão permitiu que compreendessem como a história da formação dos profissionais da Educação Infantil se desenvolveu em São Paulo. Com ênfase nos procedimentos metodológicos e apresentação de gráficos, apresentam um levantamento de documentos sobre a Educação Infantil da rede municipal, entre 1930 a 1969, em termos de legislação, currículos, relatórios, boletins, revistas, folhetos, entre outros.

Prosseguindo, o capítulo 12, produzido por Adriana Santiago, Andrea de Faria Souza e Tatiane Damasceno, procura historicizar o cargo de coordenador pedagógico na educação da rede municipal paulistana, atrelado à constituição de um perfil para atuação na Educação Infantil. Mais uma vez, é o rico acervo do “Memória Documental” que proporcionou a realização da pesquisa, pois os dados localizados permitiram entrar em contato com várias tipologias documentais que trazem informações sobre o tema. Especificamente, a pesquisa operou com documentos relacionados ao Departamento de Planejamento e Orientação (DEPLAN), uma das repartições que funcionou na Secretaria Municipal de Educação, como setor técnico responsável por realizar e registrar o trabalho de formação didática e pedagógica continuada, além de conservar as memórias do trabalho desenvolvido. A fonte privilegiada foi o Estudo Descritivo do Perfil do coordenador pedagógico da Educação Infantil de 1987. O artigo apresenta memórias do DEPLAN, vestígios que trazem experiências percorridas por este departamento a partir da proposição dos agentes técnicos da divisão de constituir um perfil único de atuação aos coordenadores pedagógicos da Educação Infantil naquele contexto.

Chegando aos últimos capítulos, Rosana Carla Oliveira e Felipe de Souza Costa apresentam o texto “Memórias em diálogo: notas sobre pesquisas em análise do discurso e História da Educação”, cujo objetivo é promover diálogos entre processos de pesquisas efetivados na área da Educação, elegendo como fontes vestígios também salvaguardados no “Memória Documental”, da década de 1980. Assim, são duas as pesquisas apresentadas: a primeira analisa memórias de ex-alunos da primeira creche universitária, a Paulistinha, que lá estiveram nos anos 1980. A segunda discute a memória discursiva com base em documentos curriculares de Língua Portuguesa da Secretaria Municipal de Educação/SP, também nos anos 1980. Esses documentos foram entendidos como ponto de partida para análise do discurso oficial que é recorrente e predominante em documentos de natureza curricular. As duas investigações, atravessadas pela fenomenologia da memória, possibilitam modos diversos de examinar questões que emergem de registros salvaguardados.

O penúltimo estudo, escrito por Carla da Silva Francisco, Diego Benjamim Neves e Minéa Paschoaleto Fratelli, reflete acerca de perspectivas de pesquisas, tendo como referência o ensino da leitura e escrita, pela investigação dos currículos oficiais do município de São Paulo, entre 1981 e 1985. O texto inicia trazendo informações acerca da história da rede municipal de educação da cidade. Desse modo, o leitor fica sabendo que, em 1935, criaram-se os Parques

Infantis e, em 1956, constituiu-se o primeiro grupo escolar municipal, o Grupo Escolar do Jaçanã. Antes disso, era o governo estadual quem atendia a educação primária na cidade. Nos anos seguintes, a Secretaria Municipal de Educação ampliou seu escopo de atuação, até se tornar a maior rede municipal de Educação do país. Na sequência, o texto analisa os currículos da rede municipal de Educação, diferenciando o que seriam as teorias críticas e pós-críticas do currículo. O artigo procura dar visibilidade ao acervo da rede pública municipal com o intuito de fomentar futuras pesquisas em História da Educação. Assim, métodos de alfabetização, prescrições construtivistas, interacionismos linguísticos, movimentos políticos, entre outros temas podem ser objeto de estudo.

E, encerrando o livro, um trabalho que põe em evidência o Patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire, que mostra sua atuação quando esteve à frente da Secretaria de Educação de São Paulo, na gestão da Prefeita Luiza Erundina (Partido dos Trabalhadores), entre 1989 e 1991. André de Freitas Dutra teve como objetivo refletir acerca das memórias de professoras da rede municipal, sobretudo interessado em saber como hoje avaliam as políticas públicas promovidas por Freire e sua equipe. Junto a esses testemunhos das docentes, somam-se outros documentos oficiais produzidos pela gestão municipal no período em questão. Constata-se o esforço da equipe de Freire em persuadir as professoras acerca da viabilidade das propostas, de acordo com “o espírito daquela gestão” (p.310).

Nas últimas páginas, o leitor é surpreendido com registros da exposição “Arquitetura escolar e suas identidades”, organizada por Magaly Ivanov e Eliete Carminhotto, idealizada pela equipe do Memória da Educação Municipal (MEM). São apresentadas fotos de edifícios escolares entre os anos 1940 até 2010. Ao observar as imagens, percebem-se singularidades da linguagem arquitetônica de cada década, que traduz determinados discursos, de acordo com a temporalidade em questão. Além disso, mesmo não sendo de São Paulo, o leitor é conduzido a evocar suas memórias de escola, lembrar dos prédios em que esteve e das experiências neles vivenciadas.

O que ainda dizer após essa apresentação de cada um dos capítulos que compõem a obra aqui resenhada? Sinto-me instigada a pensar na pujança dessa cidade que, de certo modo, também se traduz nesses acervos organizados. Sabemos que ainda é preciso muito mais, que é preciso manter um olhar vigilante para que essas instituições de salvaguarda de testemunhos de tempos pretéritos se fortaleçam e não se desvançam. Arrisco dizer que pesquisadores em História da Educação podem ser essa espécie de guardiões do passado, pessoas que zelam para que as memórias não sejam esquecidas e nem apagadas, pois, como nos ensina Paul Ricoeur, “para falar sem rodeios, não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela” (2007, p. 40)

Referência

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.